

Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 26 | Abril de 2020

68

ipea

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

Flávia de Holanda Schmidt

**Diretor de Estudos e Políticas
Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Nilo Luiz Saccaro Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação
e Infraestrutura**

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais**

Ivan Tiago Machado Oliveira

**Assessora-chefe de Imprensa
e Comunicação**

Mylena Fiori

Mercado de Trabalho: conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Carlos Henrique Leite Corseuil

Membros

Felipe Mendonça Russo

Lauro Ramos

Sandro Pereira Silva

Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Apoio

Bruna de Souza Azevedo

Carolina Lopes de Carvalho Vital

Gabriela Carolina Rezende Padilha

Máira Albuquerque Penna Franca

Leandro Pereira da Rocha

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

O SERVIÇO DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DE MINAS GERAIS ENTRE 2015 E 2018: EFETIVIDADE, PÚBLICOS E PERSPECTIVAS

Emanuel Camilo de Oliveira Marra¹
Karen Michelle Antonia de Oliveira²
Leonardo Assis Martins Júnior³

1 INTRODUÇÃO

A intermediação de mão de obra é um importante pilar do Sistema Nacional de Emprego (Sine), na medida em que exerce papel na minimização da assimetria da informação no mercado de trabalho. Diante do contexto econômico brasileiro, marcado, do ponto de vista estrutural, por uma distância dos níveis de pleno emprego (Mattos e Lima, 2015), analisar a eficiência desse mecanismo público é de fundamental relevância.

O objetivo deste artigo consiste em analisar os resultados da intermediação de mão de obra no âmbito do Sine, com destaque sobre a efetividade deste instrumento no que diz respeito à inserção de grupos vulneráveis no mercado de trabalho formal em Minas Gerais. Para além disso, o artigo também visa analisar de que forma as especificidades regionais do estado influem na efetividade da política pública, uma vez que a extensão geográfica e as desigualdades regionais são aspectos limitantes para a atuação do Sine (Moretto, 2007).

Uma das fontes de informação utilizadas é a Base de Gestão de Intermediação de Mão de Obra (BG-IMO), uma base de dados que computa as informações registradas durante os atendimentos no Sine. Além dela, também foi utilizado o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), com o objetivo de construir o indicador de efetividade analisado. O quadriênio 2015-2018 foi escolhido para análise devido à inflexão observada no mercado de trabalho do estado de Minas Gerais nesse período.

1. Diretor de desenvolvimento de políticas para inclusão ao emprego na Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado (Sedese) de Minas Gerais, de 2014 a 2019. Membro da carreira especialista em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG) do Poder Executivo estadual. *E-mail*: <emanuelmarra@gmail.com>.

2. Técnica da Sedese de Minas Gerais. *E-mail*: <karen.moliveiraa@gmail.com>.

3. Técnico da Sedese de Minas Gerais. *E-mail*: <leonardoassismartins88@gmail.com>.

Segundo dados do Caged, ocorreu fechamento de 203.546 postos de trabalho, em 2015, e 123.767, em 2016. Em 2017 e 2018, observa-se um fraco indicativo de recuperação, com a criação de 15.438 e 69.805 postos, respectivamente.

Este estudo conta com mais três seções, a saber: *i*) conceituação de elementos relativos à política pública de mercado de trabalho; *ii*) análise da efetividade do serviço de intermediação de mão de obra; e *iii*) perspectivas futuras para o serviço de intermediação de mão de obra.

2 CONCEITOS E METODOLOGIA

A justificativa teórica para a concepção dos serviços de intermediação de mão de obra teve início nos países desenvolvidos a partir da segunda metade do século XX, sob a prerrogativa de minimizar os desajustes temporários entre oferta e demanda de trabalho. Esses desajustes são característicos de países de economia avançada que operam próximos aos níveis de pleno emprego. No caso brasileiro, os serviços de intermediação apresentam um papel diferente do que ocorreu em países desenvolvidos, uma vez que as raízes do desemprego no país derivam de outras fontes que vão além de meros desajustes temporários de mercado (Dieese, 2016).

Atualmente, o Sine é um dos maiores serviços públicos de emprego do mundo e está sob a coordenação do Ministério da Economia, no âmbito do governo federal, e das secretarias de trabalho e congêneres nos governos estaduais e municipais. A execução da política pública de intermediação de mão de obra é uma importante atribuição do Sine e um dos pilares que garantem a sustentação do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda.

Segundo Mattos e Lima (2015), no caso brasileiro, os serviços de intermediação atuam em um sentido diferente do que ocorre em países desenvolvidos, uma vez que a economia nacional geralmente não opera próxima aos níveis de pleno emprego. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao contexto econômico de Minas Gerais que, durante o ano de 2018, teve seu nível de desemprego oscilando em torno de 10,7%.

A taxa de desocupação apresentada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem trazido evidências de dificuldades de ingresso no mercado de trabalho para jovens, negros e mulheres. Nesse sentido, o sistema público de emprego surge como alternativa que se propõe a minimizar as desigualdades sociais e regionais verificadas, especialmente nos casos de territórios e grupos vulneráveis que dispõem de uma rede fragilizada de conexões no mercado de trabalho.

No que diz respeito aos arranjos institucionais, a estruturação da política pública tem caráter descentralizado. Além disso, ela possui como pressuposto ações financiadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e execuções geridas de acordo com as diretrizes do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). Após a promulgação da Lei Federal nº 13.667/2018, as ações deixaram de ser operadas via convênio e os repasses de recursos começaram a acontecer por meio de mecanismo de transferência chamado fundo a fundo.

A relação entre a colocação de trabalhadores no mercado via Sine e o movimento geral de admitidos registrado pelo Caged permite construir o indicador de efetividade do serviço de intermediação. Nesse sentido, a taxa de efetividade da intermediação de mão de obra pode ser determinada a partir da razão de colocações via Sine em relação ao total de admissões de trabalhadores celetistas registradas pelo Caged. Observa-se, portanto, a *fatia de mercado* que o Sine consegue alcançar na geração de emprego.

3 DESEMPENHO DO MERCADO DE TRABALHO EM MINAS GERAIS: EFETIVIDADE, TERRITÓRIOS E PÚBLICOS

Atualmente, o estado de Minas Gerais dispõe de 131 agências de atendimento do Sine, distribuídas em 123 municípios. Em se tratando do serviço de intermediação da mão de obra, foram traçadas as trajetórias históricas dos números de colocados e admitidos durante o período 2015-2018.

Em Minas Gerais, no ano de 2015, foram registrados pela BG-IMO 26.033 trabalhadores colocados frente a 1.840.051 admitidos computados pelo Caged. No ano seguinte, o número de trabalhadores colocados pelo Sine foi maior, correspondendo a 27.157 usuários em uma fatia menor de admitidos – 1.591.099 indivíduos. Em 2017, o número de trabalhadores colocados apresentou consecutivo crescimento, correspondendo a 34.919 trabalhadores frente a 1.620.892 admitidos. No ano seguinte, a taxa de colocados pelo Sine apresentou ligeiro decréscimo, equivalendo-se a 34.114 trabalhadores colocados em um contexto de 1.713.719 admitidos. A partir desses indicadores, e tendo por base o período analisado, é possível sustentar que o serviço de intermediação de mão de obra oferecido pelo Sine apresentou taxa de efetividade média igual a 1,82%, entre 2015 e 2018.

Neste artigo, adotou-se o critério de desagregação geográfica oferecido pelo IBGE, a partir do qual é possível subdividir o território em treze regiões intermediárias de planejamento, classificadas com base em seus municípios de maior representatividade, conforme apresentado a seguir. As taxas de efetividade da política pública com base nessa classificação regional podem ser representadas conforme a tabela 1.

TABELA 1
Taxa de efetividade das unidades do Sine na região geográfica intermediária de planejamento do IBGE – Minas Gerais (2015-2018)
(Em %)

	2015	2016	2017	2018
Barbacena	3,02	4,51	4,86	7,26
Belo Horizonte	0,69	1,13	1,22	1,00
Divinópolis	2,90	2,51	2,95	2,18
Governador Valadares	0,01	0,24	0,30	0,51
Ipatinga	0,90	1,61	2,93	1,83
Juiz de Fora	0,90	1,20	1,29	1,36
Montes Claros	1,52	1,59	1,55	1,59
Patos de Minas	1,50	1,53	2,10	3,28
Pouso Alegre	1,41	1,63	1,75	1,09

(Continua)

(Continuação)

	2015	2016	2017	2018
Teófilo Otoni	1,87	2,29	1,69	2,21
Uberaba	1,91	1,26	2,11	2,34
Uberlândia	3,17	3,80	5,96	4,98
Varginha	1,92	1,97	2,71	2,79
Minas Gerais	1,41	1,71	2,15	1,99

Fontes: Microdados do Caged e da BG-IMO. Disponíveis em: <<https://bit.ly/2VxKtq IX>>.
Elaboração dos autores.

A partir dos dados apresentados, é possível depreender que as unidades do Sine correspondentes a determinadas regiões do estado apresentaram desempenho superior ao observado para a efetividade média estadual. Nesse sentido, em 2015, em ordem decrescente, as unidades das regiões de Uberlândia (3,17%), Barbacena (3,02%), Divinópolis (2,90%), Varginha (1,92%), Uberaba (1,91%), Teófilo Otoni (1,87%), Montes Claros (1,52%) e Patos de Minas (1,50%) apresentaram taxa de efetividade superior a 1,41% – resultado geral do estado. Em contraposição, as unidades das demais regiões apresentaram indicador menor ou igual a 1,41%.

Em 2016, comparativamente a 2015, boa parte das unidades apresentaram melhoria no indicador de *performance* por região intermediária, seguindo a tendência de crescimento geral observada no estado para o mesmo período, que passou de 1,41% para 1,71%. No entanto, não acompanharam essa tendência as unidades localizadas nas regiões de Divinópolis e Uberaba, que apresentaram, respectivamente, redução de 2,9% para 2,51% e 1,91% para 1,26%. Nesse biênio, as unidades localizadas nas regiões de planejamento de Governador Valadares, Ipatinga e Belo Horizonte apresentaram a maior taxa de crescimento percentual, embora continuassem – considerando-se somente o ano de 2016 – com a menor taxa de efetividade em relação às demais regiões de planejamento.

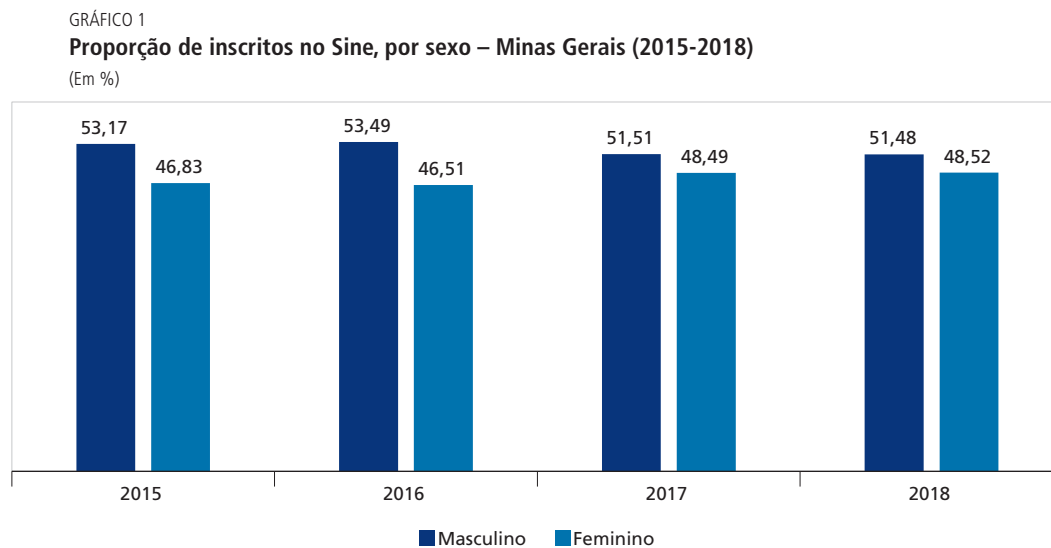
Da mesma forma, quando analisamos o ano de 2017 em relação a 2016, pode-se perceber que as unidades localizadas, conforme respectivas regiões de planejamento, de forma geral, apresentaram melhoria no indicador de *performance*. Esse crescimento regional do nível do indicador acompanhou a tendência estadual demonstrada pelo salto de 1,71% para 2,15%. As unidades localizadas nas regiões intermediárias de Ipatinga, Uberaba e Uberlândia apresentaram a maior taxa de crescimento do indicador de efetividade em relação a 2016. As unidades nas regiões de Governador Valadares, Belo Horizonte e Juiz de Fora apresentaram a menor taxa de efetividade no ano de 2017.

Em 2018, cotejado com o ano de 2017, a taxa de efetividade do serviço de intermediação de mão de obra oferecido em Minas Gerais diminuiu de 2,15% para 1,99%. Seguiram essa tendência de queda no indicador as unidades localizadas nas regiões intermediárias de Uberlândia, Belo Horizonte, Divinópolis, Ipatinga e Pouso Alegre. Por sua vez, as unidades localizadas nas regiões de planejamento de Governador Valadares, Patos de Minas, Barbacena, Teófilo Otoni, Uberaba, Juiz de Fora, Varginha e Montes Claros aumentaram o valor da taxa de efetividade.

Ao se analisar o quadriênio 2015-2018, percebe-se uma tendência de crescimento da taxa de efetividade nas unidades localizadas nas regiões de planejamento de Barbacena, Uberlândia, Varginha, Patos de Minas, Uberaba, Ipatinga, Juiz de Fora e Governador Valadares. Em contrapartida, as unidades localizadas nas regiões de planejamento de Teófilo Otoni, Montes Claros e Belo Horizonte apresentam tendência de estagnação na taxa de efetividade, enquanto as unidades de Divinópolis e Pouso Alegre apresentaram tendência de queda. Destaca-se também que, aparentemente, não há uma relação entre as condições socioeconômicas das regiões de planejamento do estado de Minas Gerais e o desempenho das unidades.

No que se refere ao perfil do público, no ano de 2015, foram inscritos 371.682 trabalhadores nas unidades do Sine do estado de Minas Gerais; em 2016, esse número caiu para 246.194; em 2017, foram 216.720 inscritos; em 2018, esse número apresentou nova queda, ficando estabelecido em 191.850. Percebe-se uma redução anual, em média, de cerca de 20% em relação a 2015 no que diz respeito ao quantitativo de trabalhadores inscritos nas unidades de atendimento. O decréscimo ao longo dos anos observados acompanha os anos em que o fechamento de postos de trabalho foi mais intenso – o que indica um caráter cíclico da política pública.

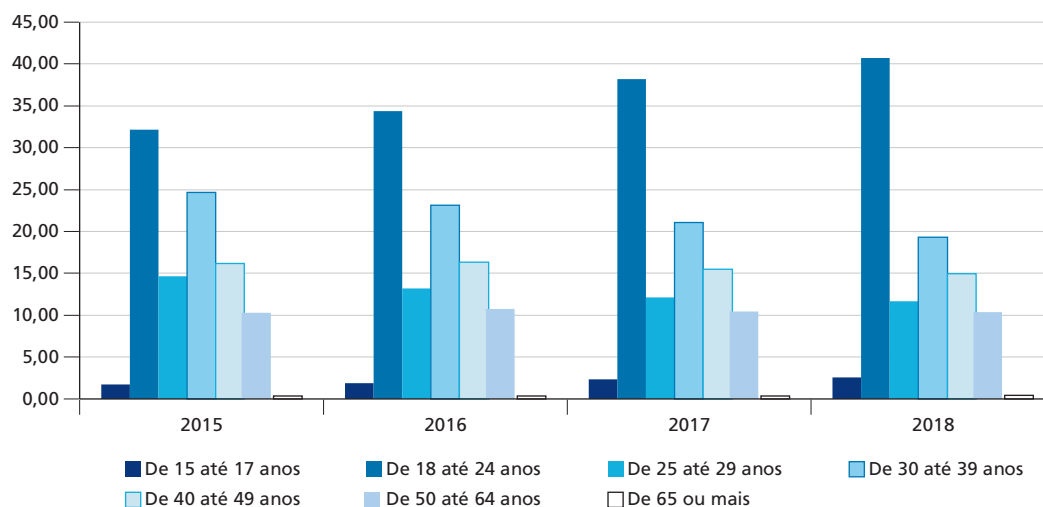
No que se refere à variável de sexo, prevaleceu, durante o período em análise, maior proporção de homens inscritos, com tendência de redução, e um crescimento do percentual de mulheres inscritas, conforme gráfico 1.



Fonte: Microdados da BG-IMO. Disponível em: <<https://bit.ly/2VxKtvq>> IX>.
Elaboração dos autores.

No que se refere à faixa etária, a maior proporção de inscritos para todos os anos entre 2015 e 2018 concentrou-se no público de 18 a 24 anos, seguido, nessa ordem, das seguintes gradações de idade: 30 a 39 anos, 40 a 49 anos, 25 a 29 anos, 50 a 64 anos, 15 a 17 anos e 65 anos ou mais. Consta-se crescimento do número de inscritos somente para o público de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos. Para as faixas etárias de 25 a 29 anos e de 30 a 39 anos, houve redução no número de inscritos. Na faixa etária de 40 a 49 anos, ocorreu uma ligeira oscilação ao longo do quadriênio. Por fim, nas faixas etárias de 50 a 64 anos e 65 anos ou mais, não se percebe uma grande variação percentual. Os dados a seguir demonstram essa realidade.

GRÁFICO 2
Proporção de inscritos no Sine, por faixa etária – Minas Gerais (2015-2018)
(Em %)



Fonte: Microdados da BG-IMO. Disponível em: <<https://bit.ly/2VxKtvq IX>>. Elaboração dos autores.

Em relação à escolaridade, o maior percentual de inscritos no Sine possui ensino médio completo, seguido, nessa ordem, pelos seguintes níveis de escolaridade: *i*) ensino fundamental incompleto; *ii*) ensino médio incompleto; *iii*) ensino fundamental completo; *iv*) ensino superior completo ou mais;⁴ *v*) ensino superior incompleto; e *vi*) analfabeto. Tem-se crescimento do número de inscritos para o público com ensino médio completo e incompleto. Para os casos dos analfabetos ou trabalhadores com ensino fundamental incompleto, percebe-se uma diminuição do número de inscritos no sistema. O gráfico 3 apresenta a dinâmica de distribuição do público de inscritos conforme graus de escolaridade.

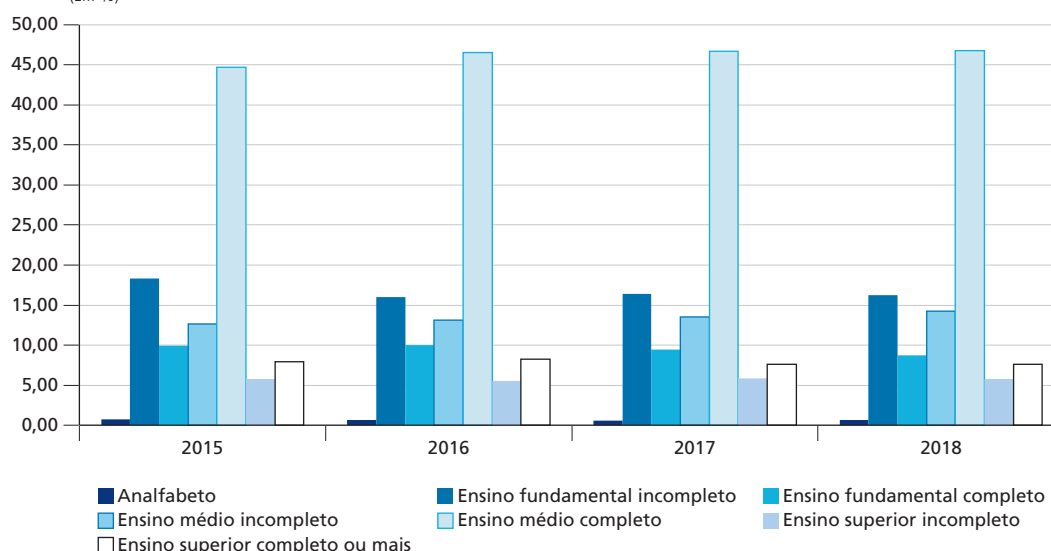
4. Refere-se à especialização, mestrado ou doutorado.

O Serviço de Intermediação de Mão de Obra da Administração Pública Estadual de Minas Gerais entre 2015 e 2018: efetividade, públicos e perspectivas

GRÁFICO 3

Proporção de inscritos no Sine, por escolaridade – Minas Gerais (2015-2018)

(Em %)



Fonte: Microdados da BG-IMO. Disponível em: <<https://bit.ly/2VxKtvq IX>>. Elaboração dos autores.

Em se tratando da taxa de efetividade da intermediação com relação à variável de sexo do público, constata-se que, em 2015, não ocorreu variação expressiva. Todavia, a partir dos anos seguintes, a tendência de crescimento da taxa de efetividade do público masculino demonstrou-se mais acentuada, ao passo que a tendência de crescimento para o público feminino apareceu menor. Dessa forma, em 2016, constata-se um crescimento da taxa para ambos os públicos, em consonância com o crescimento da taxa geral, mas com a diferença entre a taxa masculina e a feminina de 0,34%.

O crescimento da taxa de efetividade do público masculino ao longo de 2015 a 2018 contrasta com a redução do número de inscritos do sexo masculino e com o aumento do número de inscritos do sexo feminino, conforme demonstrado anteriormente (gráfico 1). O resultado de efetividade aplicado à variável sexo demonstrou a existência de viés de seleção na efetividade do Sine favorável ao público do sexo masculino, de acordo com dados da tabela 2.

TABELA 2

Taxa de efetividade das unidades do Sine, por sexo – Minas Gerais (2015-2018)

(Em %)

Sexo	2015	2016	2017	2018
Masculino	1,18	1,64	2,29	2,17
Feminino	1,19	1,30	1,91	1,65

Fontes: Microdados do Caged e da BG-IMO. Disponíveis em: <<https://bit.ly/2VxKtvq IX>>. Elaboração dos autores.

No que se refere à taxa de efetividade por faixa etária em 2015, tem-se que os melhores desempenhos se concentraram nas idades superiores a 29 anos, com destaque para a taxa de efetividade de 1,79% – correspondente ao público de 65 anos de idade ou

mais. Durante os anos de 2016, 2017 e 2018, observou-se, nessa ordem, as maiores taxas nas seguintes faixas etárias: *i*) 2,53% para faixa etária de 50 a 64 anos; *ii*) 2,54% para 30 a 39 anos; e *iii*) 2,21% também para 30 a 39 anos. Durante o quadriênio 2015-2018, todas as faixas etárias apresentaram tendência de crescimento na taxa de efetividade, exceto para o grupo com 65 anos de idade ou mais.

Considerando-se o perfil dos inscritos, observa-se o desencontro entre os trabalhadores cadastrados e os resultados alcançados. Isso porque a maioria dos inscritos no Sine está na faixa etária de 18 até 24 anos e a minoria está na faixa etária de 65 anos ou mais (gráfico 2). O resultado da efetividade para o público entre 18 a 24 anos, entretanto, não se destacou, ficando sempre abaixo da média geral. Já para o público de 65 anos ou mais, em que pese o baixo percentual de inscritos, foram observadas expressivas taxas de efetividades entre 2015 e 2017. A tabela 3 apresenta esses resultados.

TABELA 3

Taxa de efetividade das unidades do Sine, por faixa etária – Minas Gerais (2015-2018)

(Em %)

Faixa etária	2015	2016	2017	2018
De 15 a 17 anos	0,01	0,02	0,04	0,27
De 18 a 24 anos	0,73	0,97	1,55	1,68
De 25 a 29 anos	1,41	1,71	2,40	2,06
De 30 a 39 anos	1,49	1,87	2,54	2,21
De 40 a 49 anos	1,45	1,83	2,42	2,20
De 50 a 64 anos	1,57	2,53	2,51	2,18
65 ou mais	1,79	2,04	2,48	1,38

Fontes: Microdados do Caged e da BG-IMO. Disponíveis em: <<https://bit.ly/2VxKtq IX>>. Elaboração dos autores.

Considerando que a taxa de desocupação média da população de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos de idade, entre 2015 e 2018, foi, respectivamente, em Minas Gerais, 38,08% e 22,27% – bem acima da taxa de desocupação geral observada para o restante do estado no mesmo período –, o serviço de intermediação tende a não contribuir para a redução da desigualdade de ingresso no mercado de trabalho para o público jovem. Isso porque as maiores taxas de efetividade por faixa etária encontraram-se acima dos 30 anos de idade.

Em relação à taxa de efetividade conforme a escolaridade, o melhor desempenho no ano de 2015 foi para os trabalhadores analfabetos (2,4%), seguido pelo ensino superior incompleto (2,3%). Em 2016, as melhores *performances* foram para o ensino superior incompleto (2,91%) e para o público com o ensino fundamental incompleto (2,88%). Em 2017, o melhor desempenho manteve-se com os inscritos do ensino superior incompleto (4,6%), seguido do público com ensino médio incompleto (3,72%). Por fim, em 2018, a melhor *performance* foi para os trabalhadores analfabetos (4,02%), seguido pelos com ensino superior incompleto (3,38%). Ao longo do quadriênio, portanto, constata-se que o ensino superior incompleto apresentou bons resultados. Para os demais casos, teve-se uma grande variabilidade do indicador em relação à escolaridade, situação esta que pode ser associada às características das vagas registradas no sistema de atendimento do Sine durante o período e às estratégias de contratação.

Considerando o número de inscritos (gráfico 3), a maior proporção se encontra no público com ensino médio completo. Nesse segmento também se constatou um crescimento na taxa de efetividade durante os anos de 2015 e 2018. Em todos os níveis de escolaridade, existe uma tendência de crescimento da taxa de efetividade da intermediação de mão de obra, sendo o caso do ensino superior completo ou mais a curva com menor inclinação.

TABELA 4
Taxa de efetividade das unidades do Sine, por escolaridade – Minas Gerais (2015-2018)
(Em %)

Escolaridade	2015	2016	2017	2018
Analfabeto	2,40	1,96	2,32	4,02
Ensino fundamental incompleto	2,04	2,88	3,65	3,09
Ensino fundamental completo	1,79	2,35	3,33	2,96
Ensino médio incompleto	2,10	2,65	3,72	3,05
Ensino médio completo	1,29	1,72	2,57	2,30
Ensino superior incompleto	2,30	2,91	4,60	3,38
Ensino superior completo ou mais	0,61	0,83	0,09	1,15

Fontes: Microdados do Caged e da BG-IMO. Disponíveis em: <<https://bit.ly/2VxKtqjIX>>.
Elaboração dos autores.

A desocupação geral entre 2015 e 2018 foi, em média, 10,61%. Do ponto de vista da escolaridade, o segmento mais afetado encontra-se no público com ensino médio incompleto, cuja média foi de 18,94% para o período indicado. O indicador da taxa de efetividade para esse público foi maior que o indicador geral do estado para todo o período. Nesse sentido, tem-se o indicativo de uma contribuição da intermediação na redução dos efeitos de desocupação e, portanto, na redução das desigualdades de acesso ao mercado de trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS PARA O SERVIÇO DE INTERMEDIAÇÃO DE MÃO DE OBRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS NOS PRÓXIMOS ANOS

As análises realizadas permitiram diagnosticar um caráter disfuncional na política pública de intermediação de mão de obra oferecida pelo Sine no estado de Minas Gerais. Observou-se uma deformação nas taxas de efetividade nas análises de território e de perfil do público. A intermediação assume uma variabilidade de resultados do ponto de vista territorial cujos determinantes de *performance* não estão associados às características socioeconômicas estruturais do território. Em relação ao público, o diagnóstico aferido indica que, em alguma medida, o Sine tem, por um lado, reproduzido as desigualdades sociais, especialmente aquelas ligadas às questões de gênero, com prevalência masculina, e de faixa etária – com menor incidência de efetividade para o público jovem. Por outro lado, em relação à escolaridade, viu-se uma contribuição na redução das desigualdades de ingresso no mercado de trabalho, no que se refere à taxa de efetividade dos trabalhadores com ensino médio incompleto.

Em que pesem essas disfuncionalidades, uma das possibilidades emergentes no âmbito da política pública de intermediação está atrelada à introdução das tecnologias de informação no atendimento ao trabalhador. Nesse sentido, o Aplicativo Sine Fácil e o Portal Emprega Brasil são ferramentas que oferecem, de forma totalmente digital e gratuita, serviços ofertados nas unidades de atendimento do Sine. No caso de Minas Gerais, estado com a maior quantidade de municípios do Brasil e de proporções territoriais consideráveis, essas ferramentas são importantes recursos para aumento do acesso ao serviço sem ampliação dos gastos públicos. No entanto, dada a dificuldade de uso de tecnologias digitais por alguns públicos, com destaque para a população idosa e analfabeta, a ampliação desse acesso também está relacionada ao treinamento e à capacitação de agentes públicos e comunitários locais com vista a auxiliar o usuário no manejo dessas ferramentas.

Soma-se a isso o grande potencial de ampliação da captação de vagas, uma vez que os desafios aqui mencionados colocam esse serviço em um dos focos principais de fortalecimento do Sine. Dado o contexto de maior procura das unidades por desempregados, a oferta de vagas de emprego ao usuário está condicionada à ampliação do número de oportunidades disponíveis. Nesse sentido, faz-se necessário aprimorar a prospecção de vagas junto às empresas contratantes, seguindo o modelo do Projeto Busca Ativa de Vagas e da Central de Vagas instalada em Belo Horizonte. Outra frente de trabalho relevante passa por implementar as diretrizes previstas na Lei nº 13.667/2018, como estruturação da política de trabalho, emprego e renda nos municípios, por meio da instituição de fundos para recebimento dos repasses, conselhos de trabalho, emprego e renda para deliberação de execução dos recursos e planos de ação, além da política de formação dos profissionais do Sine.

REFERÊNCIAS

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Intermediação de mão de obra**: análise de indicadores selecionados do anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda 2015. Brasília: MTE; Dieese; Codefat, 2016. (Nota Técnica, n. 3). Disponível em: <<http://abre.ai/dieese>>. Acesso em: 15 maio 2019.

MATTOS, F. A. M.; LIMA, S. S. Apontamentos para o debate do pleno emprego no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 293-328, ago. 2015.

MORETTO, A. **O sistema público de emprego no Brasil**: uma construção inacabada. 2007. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Sumário executivo Codefat**: segundo bimestre 2015. Brasília: MTE, 2015a.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório de gestão do exercício de 2014**: FAT. Brasília: MTE, 2015b.

_____. Lei nº 13.667/2018, de 17 de maio de 2018. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975. **Diário Oficial**, Brasília, p. 2, 2018. Seção 1.

_____. Ministério da Economia. **Cadastro geral de empregados e desempregados**. Brasília: MTE, 2019. Disponível em: <<http://abre.ai/bimte>>. Acesso em: 15 maio 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Diretoria de pesquisas, coordenação de trabalho e rendimento, pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/3aThCqh>>. Acesso em: 16 maio 2019.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Reginaldo da Silva Domingos

Assistente de Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Revisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Amanda Ramos Marques (estagiária)

Hellen Pereira de Oliveira Fonseca (estagiária)

Ingrid Verena Sampaio Cerqueira Sodré (estagiária)

Isabella Silva Queiroz da Cunha (estagiária)

Editoração

Aeromilson Trajano de Mesquita

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Herllyson da Silva Souza

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

